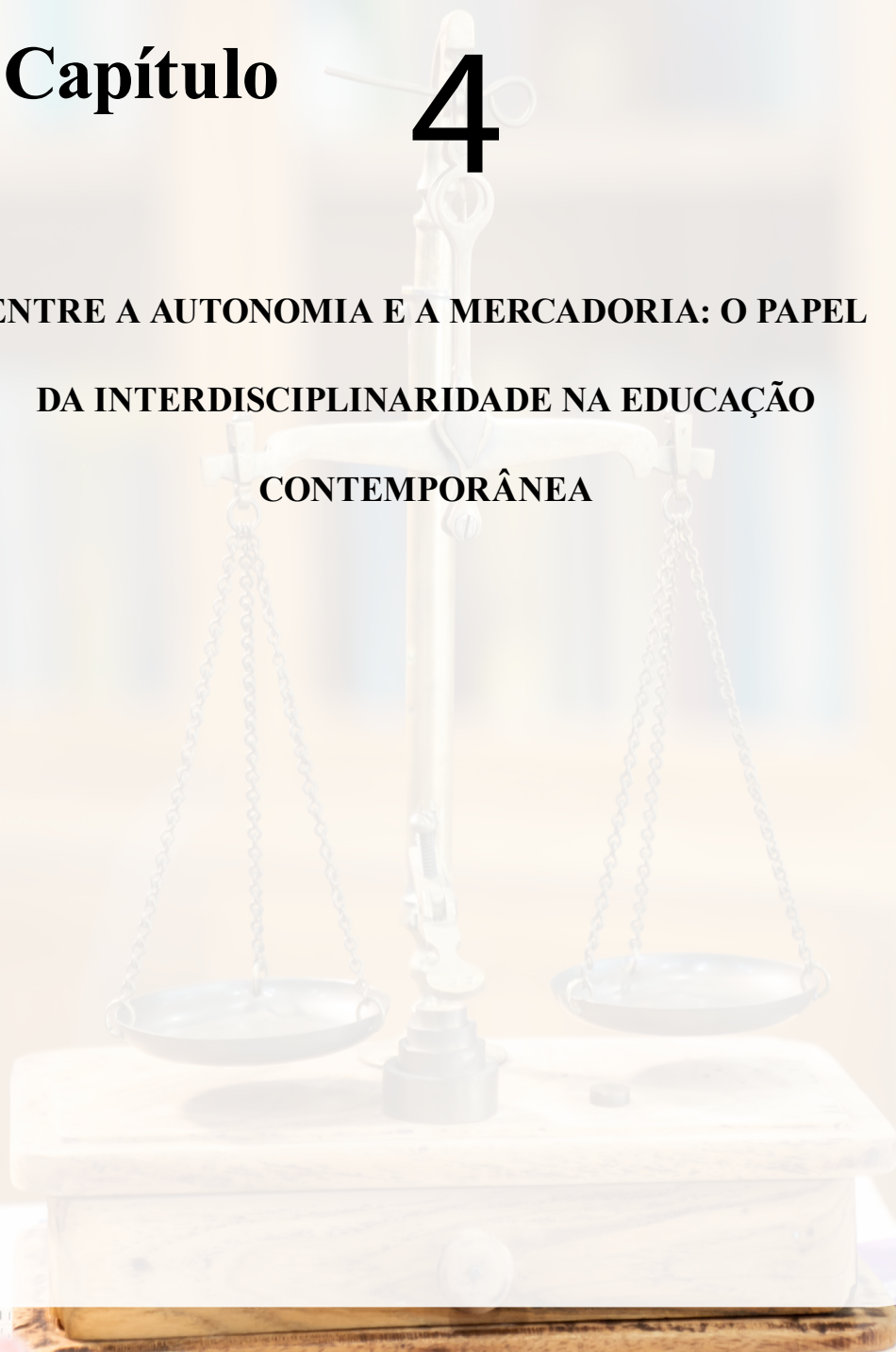


Capítulo 4

**ENTRE A AUTONOMIA E A MERCADORIA: O PAPEL
DA INTERDISCIPLINARIDADE NA EDUCAÇÃO
CONTEMPORÂNEA**



ENTRE A AUTONOMIA E A MERCADORIA: O PAPEL DA INTERDISCIPLINARIDADE NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

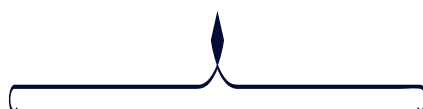
Vanderléia Sala Scheffer Germann

Angela Maria Bianchini Magnus

Resumo: Este estudo tem como objetivo investigar de que forma a interdisciplinaridade pode ser compreendida e aplicada na educação contemporânea como uma estratégia pedagógica de resistência à mercantilização do ensino e de promoção da autonomia discente. Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, fundamentada na análise crítica de obras e artigos científicos que tratam da interdisciplinaridade na educação, bem como das relações entre escola e mercado. O estudo fundamenta-se em revisão teórica e tem como objetivo demonstrar como as práticas educativas refletem as estruturas de poder e como, na atualidade, modelam o indivíduo segundo uma lógica mercadológica e utilitarista, por meio de uma formação especializada e de saberes fragmentados. Nesse cenário, a interdisciplinaridade surge como possibilidade de superação desse modelo fracassado, reducionista e especializado, buscando a formação do aluno em sua integralidade, levando em consideração o contexto, o todo em detrimento das partes, as relações entre os diversos sujeitos e suas experiências, promovendo uma educação mais humanizadora.

Palavras-chave: Educação. Poder. Fragmentação. Interdisciplinaridade. História.

Abstract: This article analyzes formal education throughout history, highlighting its influences and functions. Education is perceived as a formative instrument, forging individuals according to political, economic, or religious interests, as required by the dominant powers of each historical period. The study is based on a theoretical review and aims to demonstrate how educational practices reflect structures of power and how, in contemporary times, they continue to shape individuals according



to a market-driven and utilitarian logic, through specialized training and fragmented knowledge. In this context, interdisciplinarity emerges as a possibility to overcome this failed, reductionist, and specialized model, seeking the student's holistic development by considering the context, the whole over the parts, the relationships among various subjects, and their experiences, thus promoting a more humanizing education.

Keywords: Education. Power. Fragmentation. Interdisciplinarity. History.

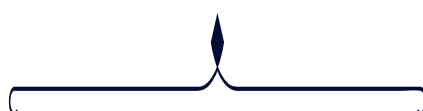
INTRODUÇÃO

A educação formal, deve visar à formação integral do indivíduo. Isso inclui não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também o social, o emocional e o afetivo do ser humano. A escola, como fonte de conhecimento e espaço de socialização, deve ensinar os estudantes a abandonar estereótipos e questionar currículos padronizados que, muitas vezes, reduzem a educação à mera preparação para o mercado de trabalho.

Essa perspectiva utilitarista, que prioriza o desenvolvimento de habilidades e competências voltadas às exigências produtivas, tende a transformar o sujeito em uma mera engrenagem da máquina econômica. Essa contradição entre a formação humana e a preparação técnica se evidencia na estruturação do saber escolar. Este perpassa por disciplinas organizadas de forma fragmentada, dificultando uma visão integrada do conhecimento.

Diante desse cenário, este artigo propõe discutir o papel da educação na formação mercadológica do aluno e a função da interdisciplinaridade como caminho possível para a superação do saber fragmentado e especializado.

Ao articular diferentes áreas do conhecimento e promover a inter-relação entre os diversos sujeitos do processo educativo, a interdisciplinaridade defende uma aprendizagem mais contextualizada e significativa, capaz de atender simultaneamente às demandas do desenvolvimento humano e às



exigências do mundo do trabalho.

A educação contemporânea encontra-se no centro de tensões cada vez mais complexas. Por um lado, espera-se que a escola seja espaço de formação integral do sujeito, promovendo a autonomia intelectual, o pensamento crítico e a cidadania ativa. Por outro, as políticas educacionais e as diretrizes curriculares vêm, com frequência, sendo pautadas por lógicas mercadológicas, que reduzem o ensino a treinamentos voltados para a empregabilidade, eficiência técnica e competitividade. Nesse cenário contraditório, a interdisciplinaridade surge como uma possibilidade de superação dos limites da fragmentação do conhecimento, propondo a articulação de saberes e experiências que favoreçam a compreensão ampla da realidade. No entanto, sua aplicação prática nem sempre se distancia das armadilhas da racionalidade produtivista que tenta instrumentalizar até mesmo os processos pedagógicos mais emancipatórios.

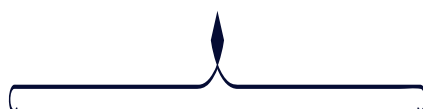
Deste modo, este estudo apresenta a seguinte problemática: Como a interdisciplinaridade pode contribuir para a formação autônoma dos sujeitos na educação contemporânea, diante de um contexto em que a escola também é pressionada por demandas do mercado?

A interdisciplinaridade, quando efetivamente integrada ao projeto pedagógico, pode favorecer uma formação mais crítica e autônoma, contribuindo para a emancipação dos estudantes.

A implementação de práticas interdisciplinares está muitas vezes condicionada a interesses de mercado, o que pode limitar seu potencial transformador.

Existe uma contradição latente entre os discursos oficiais que promovem a interdisciplinaridade e a realidade das escolas, que ainda operam de forma fragmentada e tecnicista.

Assim, o objetivo geral deste estudo é investigar de que forma a interdisciplinaridade pode ser compreendida e aplicada na educação contemporânea como uma estratégia pedagógica de resistência à mercantilização do ensino e de promoção da autonomia discente. E tem como objetivos específicos: Analisar os fundamentos teóricos da interdisciplinaridade no campo educacional e suas implicações para a formação integral dos sujeitos; Discutir as contradições entre os princípios da interdisciplinaridade e as exigências de uma lógica de mercado aplicada à educação; Refletir sobre

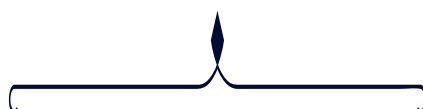


práticas pedagógicas que se aproximem de uma perspectiva interdisciplinar crítica e emancipadora.

O debate em torno da interdisciplinaridade na educação tem ganhado força nas últimas décadas, principalmente em meio a reformas curriculares que buscam responder aos desafios da contemporaneidade. Contudo, a adoção de propostas interdisciplinares nem sempre se traduz em mudanças significativas nas práticas pedagógicas, sendo muitas vezes reduzida a projetos pontuais ou slogans institucionais. Além disso, a crescente influência do setor produtivo sobre as políticas educacionais impõe um modelo de ensino voltado para resultados e habilidades práticas, comprometendo o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico. Justifica-se, portanto, a realização deste estudo, com o propósito de compreender os limites e possibilidades da interdisciplinaridade como instrumento de formação humana diante das contradições da escola contemporânea.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, fundamentada na análise crítica de obras e artigos científicos que tratam da interdisciplinaridade na educação, bem como das relações entre escola e mercado. A pesquisa envolve autores clássicos e contemporâneos da área da educação, da sociologia e da filosofia da educação. A investigação visa identificar os fundamentos conceituais da interdisciplinaridade e compreender como ela tem sido discutida e implementada em contextos educacionais diversos, destacando suas potencialidades e limites frente à lógica neoliberal presente nas reformas curriculares. A análise será guiada pela busca de elementos que permitam pensar uma educação comprometida com a formação integral e com a construção de sujeitos autônomos.

Mais do que uma simples estratégia metodológica, a interdisciplinaridade representa uma ruptura com a lógica fragmentadora e tecnicista que ainda domina o cotidiano escolar. Ao promover a integração entre os indivíduos, entre os saberes, ela desafia o modelo reducionista de educação voltado exclusivamente ao mercado. Se comprometendo com a formação de sujeitos críticos, capazes de reivindicar sua voz, fazer escolhas e intervir na construção de uma sociedade mais justa e democrática.



DO IDEAL GREGO À MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A palavra educação carrega significados diversos, moldados pelo tempo histórico, pelas estruturas sociais, econômicas, políticas e pelo contexto cultural em que se insere. Nesse processo, o ser humano revela-se suscetível a essas mudanças.

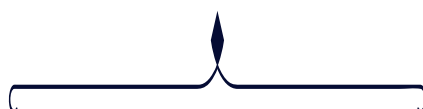
Educar implica em reconhecer que a condição humana é aprendida, que é historicamente produzida, que a educação é um projeto definido no tempo e no espaço humano e natural. Significa formar o homem, engendrar, isto é, fazer produzir, a pessoa humana, para a vida em sociedade (Bortolini, 2018, p. 23).

Portanto, o conceito de educação é constantemente reformulado, pois responde aos interesses das sociedades em transformação, que, ao longo do tempo, passa a definir o perfil de cidadão que consideram ideal.

A educação, enquanto prática formadora do indivíduo, encontra seu marco histórico de desenvolvimento na Antiguidade, mais precisamente na Grécia Antiga, cuja influência se faz presente até os dias atuais, especialmente no que diz respeito à ética, à moral e à formação do cidadão.

Na Grécia Antiga, o termo *paideia* era utilizado para designar educação. O modelo de *paideia* grega passou por transformações ao longo de sua história, em razão das mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais pelas quais a sociedade grega atravessou. Neste diapasão, a configuração do modelo educativo, apresentará a superação da valorização dos guerreiros, heróis e homens perfeitos, típicos de uma sociedade aristocrática.

[...] é em Homero e nos chamados poemas homéricos que o ideal educativo do homem grego aparece originalmente formulado e explicitado, por meio do conceito de *areté*. Trata-se de um ideal transmitido de forma oral, por meio dos poetas, a partir dos quais podemos notar os valores que um homem heroico, aristocrata, guerreiro e político de destaque deveria possuir nesse momento [...] (Vieira, 2018, p. 170)



A educação grega, após mudanças contextuais, passa a valorizar a vida em sociedade, pautada na sabedoria e na participação consciente da vida pública. A transição ocorre de maneira gradual, acompanhando a consolidação da polis grega como núcleo da vida social e política.

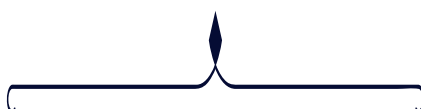
Com o início da constituição da pólis, entre VIII e VII a.C, inicia-se uma nova fase, a organização do Estado político grego vai se modificando na medida em que a mesma vai se constituindo em cidade-estado com forte unidade espiritual, no sentido religioso e mitopoietico. (BORTOLINI, 2018, p. 31)

Na Atenas antiga, os interesses individuais eram subordinados aos coletivos, enfatizando o desenvolvimento ético e intelectual dos cidadãos para a participação política ativa na ágora. Os sofistas, como especialistas culturais focados no conhecimento e na preparação dos cidadãos para a vida política, foram pioneiros na educação pública, visando fomentar o debate racional e o discurso persuasivo. Esse período viu o surgimento do diálogo como uma ferramenta fundamental para disputas políticas e jurídicas, com a retórica se desenvolvendo como meio de persuasão, lançando as bases para a lógica científica posterior (Salgado, 2014).

Com o surgimento dessa nova organização sociopolítica, a formação do indivíduo integra diferentes saberes e visa à construção de um ideal de excelência humana.

A formação do conceito grego de paideia, ou cultura, está enraizada no desenvolvimento histórico concreto da Grécia, e não em ideias abstratas. Reflete o esforço coletivo do povo grego para moldar seu destino por meio de uma busca consciente e persistente pela criação de um tipo elevado de ser humano. Com o tempo, esse propósito tornou-se mais claro para eles, enfatizando a educação e a realização cultural como a essência de sua identidade e legado entre os povos antigos (Jaeger, 2013).

Assim, o modelo de paideia grega não se restringiu apenas ao ensino formal de conteúdos, mas buscou a formação do indivíduo, visando moldar não apenas o intelecto, mas também o caráter e o espírito cívico. Com o decorrer da história, e com o advento do feudalismo, esse ideal de educação vai, aos poucos, cedendo espaço a um modelo diferenciado do que encontramos no mundo antigo. Com o declínio do Império Romano a igreja é a única instituição que permanece organizada.



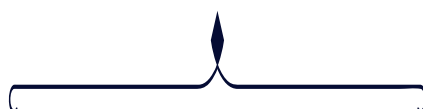
Muito antes da queda do Império Romano (século V), a Igreja Católica já era uma instituição solidamente organizada. É por isso, em parte, que conseguiu continuar crescendo mesmo quando as invasões bárbaras desorganizaram completamente a economia, a política e o quotidiano na Europa Ocidental [...] Durante a Idade Média, a Igreja Católica continuou a crescer e tornou-se a instituição mais poderosa do Ocidente. (Boulos; Junior, 1997, p.149)

A educação, antes voltada à formação do cidadão e do orador, com a chegada da Idade Média, passa a ser influenciada pela Igreja, que assume o papel central na preservação e transmissão do conhecimento. Existindo uma mudança de conteúdo, de finalidade e da estrutura institucional da educação.

Pois uma escola não é apenas um local onde o professor ensina; é um ser moral, um meio moral, impregnado de certas idéias [sic], de certos sentimentos, um meio que envolve tanto o professor quanto os alunos. Ora, a Antigüidade [sic] não conheceu nada semelhante. Teve professores, mas não teve Escolas de verdade. Na pedagogia, pois, a Idade Média foi inovadora (Durkheim, 1995, p. 37).

Logo, com a predominância do Cristianismo e o controle da igreja sobre esta instituição, a educação se voltará para questões de fé, moral, amor e solidariedade, visando uma felicidade futura, além das coisas terrenas. Os Deuses mitológicos são substituídos por Jesus Cristo uma figura humana que falava aos mais humildes e se assemelhava a estes, trazendo esperança a todos de uma vida futura em outro plano, o que veio a conquistar as massas empobrecidas. O cristianismo foi utilizado durante este período para a perpetuação do poder e dominação da população, a vida era ditada do nascimento a morte pelos dogmas religiosos.

Além de dar respostas às aflições da época e aos problemas do além-túmulo, o Cristianismo passou a ser usado pelos reis e grandes senhores como uma forma de dominar a massa da população. Progressivamente a religião cristã passou a ser a forma extremamente eficiente de controle dos corações e



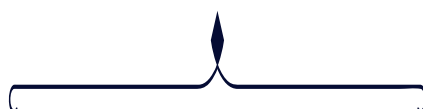
mentes, impedindo qualquer forma de desobediência às classes dominantes, que eram o clero e os grandes senhores. [...] Qualquer pessoa que vivesse naquela época estava obrigada ao batismo logo depois do nascimento; receberia do clero ensinamentos sobre o bem e o mal, teria como obrigatórios a missa dominical, o casamento religioso e outras cerimônias. Os sinos das igrejas marcavam as horas do dia e dos grandes acontecimentos. Esse controle da vida cotidiana pela religião tornou o clero cada vez mais poderoso (Campus, 1991, p 130).

Um dos principais centros de educação na idade média foram os mosteiros, lugares que recebiam sujeitos decididos a dedicarem sua vida a obra de Deus. Neles, encontrava-se grandes bibliotecas e se fazia a editoração de materiais didáticos de cunho religiosos. Também encontraremos escritos da antiguidade que serão estudados, transcritos, replicados na maioria das vezes, a luz dos preceitos cristãos.

A criação de escolas dentro dos mosteiros foi motivada principalmente pela necessidade de instruir novos monges, levando ao surgimento de escolas monásticas que ensinavam latim, humanidades, filosofia e teologia. Os mosteiros tornaram-se os guardiões centrais da cultura medieval, preservando e traduzindo textos clássicos, ao mesmo tempo em que promoviam o monopólio do conhecimento científico e cultural. O sistema educacional da Idade Média, incluindo escolas primárias e universidades, originou-se dessas escolas de catequese monásticas e eclesiásticas, enfatizando a obediência, a humildade e a adesão aos preceitos cristãos como o caminho para a vida eterna (DURKHEIN, 1995).

Desse modo, a educação na Idade Média esteve profundamente ligada à fé cristã e sua doutrina, sendo um instrumento de preservação da ordem religiosa e social, permanecendo ainda hoje, traços desse sistema educacional.

A partir do final da Idade Média com o surgimento de uma burguesia enriquecida pelo desenvolvimento do comércio e interessada em mudanças no sistema vigente, aliada a monarcas desejosos de centralizar o poder, consolidam-se os chamados Estados Modernos. A Idade Moderna foi marcada por profundas transformações na ordem social, econômica, política e cultural. Nesse



período, ocorre a ruptura da sociedade de ordens que predominava na Idade Média, abrindo espaço para uma nova configuração social.

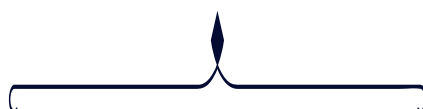
Nesta nova sociedade em constituição, se faz necessário romper com os antigos padrões de valores estabelecidos durante a Idade Média. Os ideais fortemente ligados à religião, que até então dominavam o imaginário social, começam a ser substituídos por uma nova concepção de humanidade, centrada no homem como ser racional. Surgindo assim, a visão antropocêntrica, que coloca o ser humano no centro do universo.

O centro motor de todo este complexo projeto de pedagogização da sociedade, de reorganização e de controle, de produção de comportamentos integrados aos fins globais da vida social é o Estado: o Estado moderno, entendido como poder exercido por um centro, segundo um modelo de eficiência racional e produtiva, em aberto contraste com o exercício de outros poderes (eclesiástico, aristocrático) e com a sobrevivência da desordem dos marginalizados (pobres, criminosos etc.) (Cambi, 1999, p. 201)

A era moderna trouxe consigo ainda o renascimento, a expansão ultramarina, a reforma protestante, a contrarreforma... Esses eventos, geraram a necessidade de formação de um novo indivíduo, autônomo, racional e livre. A educação surge então como um caminho para a emancipação do ser humano.

O modo de produção capitalista dotou a humanidade de forças produtivas tão desenvolvidas que, pela primeira vez, os homens podem compreender a história como algo feito por eles próprios, e não mais como um destino imposto aos homens pelos deuses ou pela natureza. Hegel dá o primeiro passo, e Marx, algumas décadas depois, o passo conclusivo desta fantástica descoberta: os homens, e apenas eles, são os únicos responsáveis pela sua história. Em outras palavras, a história dos homens seria obra exclusiva deles ao longo do tempo (LESSA 2015, p. 107).

O sistema educacional, fundado sob esta nova estrutura, foge das amarras religiosas, mas quando analisado a partir de lentes mais avançadas, revela claramente em seu campo de visão o



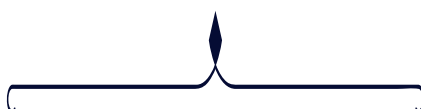
serviço prestado as classes dominantes na modulação do indivíduo.

O sistema educacional desenvolvido pela burguesia caracterizou-se pela divisão da humanidade em profissões manuais e intelectuais, com as primeiras focadas em tarefas práticas e as segundas no domínio teórico para servir à classe dominante. Com o tempo, a educação alinhou-se aos interesses do capitalismo, com as escolas e seus espaços físicos cada vez mais controlados pelo Estado. Isso levou ao estabelecimento de um modelo educacional sistemático com diferentes níveis de estudo, professores especializados e um currículo projetado para racionalizar o processo educacional.

(...) a arte de ensinar nada mais exige, portanto, que uma habilidosa repartição do tempo, das matérias e do método. Se a conseguirmos estabelecer com exatidão, não será mais difícil ensinar tudo à juventude escolar, por mais numerosa que ela seja, que imprimir, com letra elegantíssima, em máquinas tipográficas, mil folhas por dia, ou remover, com a máquina de Arquimedes, casas, torres ou qualquer outra espécie de pesos, ou atravessar num navio o oceano e atingir o novo mundo. E tudo andarão com não menor prontidão que um relógio posto em movimento regular pelos seus pesos. E tão suave e agradavelmente como é suave e agradável o andamento de um tal autômato (Comênio, s.d., p. 186).

Na Idade Média, o tempo escolar era marcado pela flexibilidade e adaptado ao ritmo individual dos estudantes, na Idade Moderna, estabelece-se uma organização temporal mais rígida, padronizada e linear. Nesse novo modelo, o tempo de aprendizagem passa a ser delimitado por horários fixos e controlado por instrumentos como o relógio, já amplamente utilizado no cotidiano urbano desse período. Essa mudança revela que o uso da razão deveria estar atrelado à disciplina e ao avanço da ciência. Assim, as diversas formas de conhecimento escolar passam a ser organizados por um período de tempo previamente delimitado, ou seja, por um número de minutos ou horas fragmentados, estabelecidos e aplicados de forma uniforme a todos, sem distinção.

Depois, este tempo é repartido em períodos anuais; horários estritos e bem carregados dividem as matérias pelos dias e horas. Relógios e sinetas, já presentes no século XV e muito difundidos no século XVI, marcam agora as atividades escolares. Os alunos dispõem de um tempo limitado para assimilar



determinadas matérias, para entregar os temas e para apresentar-se aos exames. (...) A seleção escolar passa a ser munida de bases institucionais, do enquadramento temporal e das relações de imposição pedagógicas necessárias a seu desdobramento progressivo e contínuo (Petitat, 1994, p. 79)

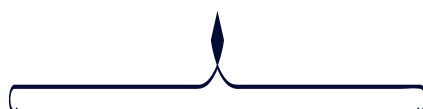
Neste ínterim, embora tenha ocorrido uma transformação significativa no sistema educacional durante a Idade Moderna, com valores voltados à ciência, à razão, à experimentação e ao indivíduo como centro do universo, rompendo paradigmas da educação religiosa praticada na Idade Média, essa educação ainda permaneceu imbuída de desigualdades, servindo principalmente para adaptar o sujeito à sociedade estabelecida.

Com a chegada da Idade Contemporânea, principalmente após a Revolução Francesa observa-se um profundo descontentamento do povo com o sistema político, econômico e social vigente. Esse movimento marcou o início de uma nova era, fundamentada nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, que passaram a influenciar não apenas a organização dos Estados, mas também a forma como a educação era pensada e estruturada. A escola passou a ser vista como um espaço fundamental para a formação de cidadãos conscientes, críticos e preparados para atuar em uma sociedade baseada nos princípios democráticos.

Neste ínterim Hobsbawm (1996, p. 124-125) afirma que:

A Revolução Francesa foi, de fato, um conjunto de acontecimentos suficientemente poderoso e universal em seu impacto para ter transformado o mundo permanentemente (...). Metade dos sistemas legais do mundo está baseada na codificação legal que a Revolução implantou. (...) A Revolução Francesa deu aos povos a noção de que a história pode ser mudada por sua ação. Deu lhes também o que até hoje permanece como a mais poderosa divisa jamais formulada para a política da democracia e das pessoas comuns que ela inaugurou: “liberdade, igualdade, fraternidade”.(p. 124-5)

Os ideais de abertura, justiça e acessibilidade historicamente influenciaram as sociedades a usar a educação como ferramenta de manutenção e transformação social, guiadas por valores sociais compartilhados. Durante essa evolução, as escolas se distanciaram cada vez mais da influência religiosa,



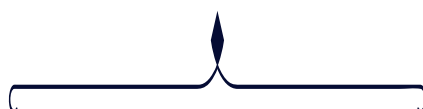
buscando promover uma forma de educação científica, racional e universal, baseada exclusivamente na razão e na experimentação. Essa mudança enfatizou a educação como um instrumento vital para a promoção da cidadania alinhada aos ideais do Estado, afastando-se dos princípios religiosos para priorizar o conhecimento racional e secular.

[...] a nação e o cidadão se forjam na escola. A piedade religiosa, o humanismo devoto e o amor ao rei cedem lugar diante do princípio da pátria [...] a estatização da escola relaciona-se com uma profunda transformação nas concepções relativas à moral, que tende a separar de uma definição estritamente religiosa (Petitat, 1994 , p.142).

Com o decorrer do tempo e as demandas da Revolução Industrial, teremos expansão das escolas públicas, gratuitas e obrigatórias e o fortalecimento do papel do Estado como principal responsável pelo sistema educacional. O ensino passou a ser ainda mais sistematizado, com currículos definidos e métodos pedagógicos voltados para a formação de trabalhadores a fim de atender às necessidades mercadológicas.

[...] os países mais desenvolvidos vinham cuidando da implantação definitiva da escola pública, universal e gratuita. [...] as exigências da sociedade industrial impunham modificações profundas na forma de se encarar a educação e, em consequência, na atuação do Estado, como responsável pela educação do povo. [...] o capitalismo industrial engendra a necessidade de fornecer conhecimentos a 167 camadas cada vez mais numerosas, seja pelas exigências da própria produção, seja pelas necessidades do consumo que essa produção acarreta. Ampliar a área social de atuação do sistema capitalista industrial é condição de sobrevivência deste. [...] isso é possível na medida em que as populações possuam condições mínimas de concorrer no mercado de trabalho e de consumir. Onde, pois, se desenvolvem relações capitalistas, nasce a necessidade da leitura e da escrita, como pré-requisito de uma melhor condição para concorrência no mercado de trabalho (Romanelli, 1998, p.59).

Já durante o período das guerras mundiais, a indústria bélica exerce forte influência sobre o sistema educacional, promovendo forte ênfase na educação técnica, com o objetivo de suprir as



demandas do esforço de guerra. Nesse cenário, também temos o ingresso das mulheres massivamente no ensino formal e profissional, preenchendo as lacunas deixadas pela mobilização dos homens no front, ampliando seu papel na sociedade e no mercado de trabalho.

[...] a educação é uma prática social (assim como a saúde pública, a comunicação social, o serviço militar) cujo fim é o desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser aprendido entre os tipos de saber existentes em uma cultura, para a formação de tipos de sujeitos, de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade, em um momento da história de seu próprio desenvolvimento (BRANDÃO, 2007, p. 74).

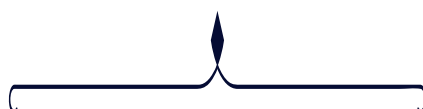
Já no período pós-Primeira Guerra Mundial, a educação é marcada por um movimento de reconstrução social e moral, voltado à promoção da paz, da cidadania e da cooperação entre os povos. O Estado assumiu um papel central na promoção de políticas públicas voltadas ao bem-estar social. Esse modelo, se consolida principalmente no pós-Segunda Guerra Mundial, buscando garantir direitos sociais básicos, como saúde, educação, previdência e segurança, além de reconhecer a importância da regulação das relações de trabalho e do fortalecimento dos sindicatos como instrumentos de proteção da classe trabalhadora.

Diversos países reformularam seus sistemas educacionais, enfatizando valores mais democráticos, o desenvolvimento de competências científicas e técnicas, e o combate aos discursos nacionalistas extremos que haviam contribuído para o conflito.

Artigo 26º

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz (ONU, Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).



A educação voltada para a paz e a democracia, preconizada pela UNESCO, não deve ter o condão de silenciar os indivíduos diante das injustiças sociais, das discriminações... mas, ao contrário, prepará-los para enfrentá-las de forma consciente e transformadora.

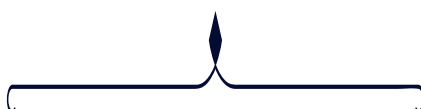
[...] uma forma particular de educar em valores. [...] Educar para a paz pressupõe a educação a partir de - e para - determinados valores, como a justiça, a cooperação, a solidariedade, o compromisso, a autonomia pessoal e coletiva, o respeito, ao mesmo tempo que questiona os valores contrários a uma cultura de paz, como a discriminação, a intolerância, o etnocentrismo, a obediência cega, a indiferença e a ausência de solidariedade, o conformismo. Educar para a paz é uma educação a partir de uma ação. (Jares, 2007, p. 45).

Com a ascensão dos regimes autoritários ao poder, o sistema educacional passa a ter como premissas máximas a disciplina e a obediência. Nesse contexto, ensina-se moral e cívica de forma padronizada, com livros e discursos uniformizados para todos os alunos.

Não há espaço para a liberdade de expressão, nem para a democracia ou a participação ativa nas escolas. O silêncio prevalece, silêncio imposto pelo medo, pela violência, pelo controle midiático e pela censura que atravessa todos os âmbitos da sociedade. A escola, espaço de escuta ativa, transforma-se em instrumento de domesticação e repressão.

Repressão, privatização do ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem qualquer arranjo prévio para tal feito, divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, várias tentativas de desmobilização do magistério através de abundante e não raro confusa legislação educacional. (GHIRALDELLI JR., 2009, p. 112).

As escolas passam a estar sob a influência de uma disciplina rígida, propensa a incutir no sujeito a submissão, desencorajando a expressão individual e coletiva. Desconsidera-se as singularidades dos alunos e o desenvolvimento de identidades plurais, criando condições para estudantes mais inclinados



à conformidade do que à autonomia.

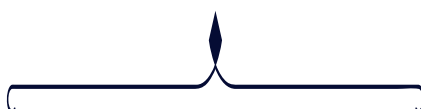
Com o fim deste período e o processo de redemocratização, aliado à reconfiguração do mundo após a queda do socialismo real, observa-se que os países do mundo capitalista, com economias já consolidadas, passaram a exercer forte influência no cenário internacional. Nesse contexto, surge o modelo de organização social e econômica, conhecido como neoliberalismo. Esse modelo defende uma menor intervenção do Estado na economia, a privatização de empresas públicas, a abertura dos mercados e a livre circulação de capitais.

A maioria dos países, para se inserir nesse cenário internacional e obter reconhecimento, passou a reformular suas instituições e políticas públicas, com destaque para a valorização da tecnologia, das inovações e da competitividade.

Duas propostas poderiam resumi-lo: 1) as agendas do Estado devem ir além dos limites que o dogmatismo do laissez-faire impôs a elas, se se deseja salvaguardar o essencial dos benefícios de uma sociedade liberal; 2) essas novas agendas devem pôr em questão, na prática, a confiança que se depositou até então nos mecanismos autorreguladores do mercado e a fé na justiça dos contratos entre indivíduos supostos iguais. Em outras palavras, a realização dos ideais do liberalismo exige que se saiba utilizar meios aparentemente alheios ou opostos aos princípios liberais para defender sua implementação: leis de proteção do trabalho, impostos progressivos sobre a renda, auxílios sociais obrigatórios, despesas orçamentárias ativas, nacionalizações. Mas, se esse reformismo aceita restringir os interesses individuais para proteger o interesse coletivo, ele o faz apenas para garantir as condições reais de realização dos fins individuais (Dardot; Laval, 2016, p. 69).

Neste cenário configura-se reformas pontuais na educação. Uma educação para todos, mas baseada em uma lógica de mercado. Os professores são reduzidos a meros facilitadores de competências técnicas e os alunos futuros a operadores de sistemas e engrenagens do capital.

A década de 80 do século passado marcou uma vaga de reformas educacionais em todo o mundo. Inicialmente, em virtude da pujança econômica dos países do leste asiático e de significativo investimento na educação de sua população, os projetos voltados para a formação de profissionais mais qualifi-



cados para criar e operar com tecnologias sofisticadas ganharam a atenção de inúmeros artigos e ensaios. O vínculo entre novas exigências profissionais e projetos educacionais ganharia projeção em diversas proposições internacionais (Ricci, 2003. p. 92).

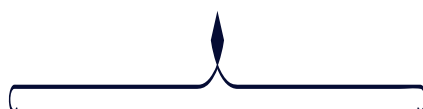
Esse sistema esvazia a educação de seu potencial emancipador. O foco passa a ser a formação de mão de obra bem treinada, voltada à formação de alunos aptos a operar as novas tecnologias.

O acesso à educação propagado e disponibilizado não veio acompanhado de um compromisso com a justiça social, tampouco com a formação de indivíduos ativos na busca por ela. O que se instituiu foi um modelo que aprofundou ainda mais as desigualdades, a exploração do trabalho e a concentração de capital nas mãos de poucos.

A educação passou a integrar, profundamente a lógica mercadológica. O aluno, nessa ótica neoliberal, é visto somente como um futuro profissional (trabalhador) e consumidor, moldado para atender às demandas do mercado e atuar como peça funcional na reprodução do próprio sistema neoliberal.

1. Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...] 2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...] 3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com idéia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar. (MARRACH, 1996, p. 46-48)

O Estado na ótica neoliberal deve exercer apenas um papel regulador, deixando de tomar as decisões centrais. Sua responsabilidade é garantir o necessário para a implementação e a sobrevivência do sistema capitalista. Uma das formas adotadas pelo neoliberalismo para diminuir o poder estatal



e suas influências são as políticas de privatização de empresas e serviços públicos, como saúde e educação.

O discurso que ouvimos todos os dias, para nos fazer crer que deve haver menos Estado, vale-se dessa mencionada porosidade, mas sua base essencial é o fato de que os condutores da globalização necessitam de um Estado flexível a seus interesses. As privatizações são a mostra de que o capital se tornou devorante, guloso ao extremo, exigindo sempre mais, querendo tudo (Santos, 2001, p. 66).

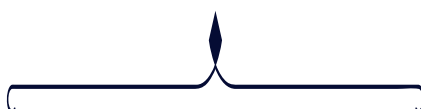
A busca pela expansão de mercado e do sistema capitalista é sustentada por um discurso de glorificação da globalização da economia e por uma falácia que apresenta um cenário caótico dos países subdesenvolvidos, tendo por objetivo os levar a aderir às reformas exigidas pelo sistema.

[..] primeiro, desenha um diagnóstico apocalíptico. Em seguida, prega uma receita salvacionista: forte ação governamental contra os sindicatos e prioridade para uma política anti-inflacionária monetarista (doa a quem doer) - reformas orientadas para e pelo mercado, “libertando” o capital dos controles civilizadores que lhe foram impostos por duzentos anos de lutas populares. (MORAES, 2001, p. 13-14)

Essa política salvacionista tinha como um de seus principais intuitos a retirada de cena da política de bem-estar social, construída especialmente no período pós-Segunda Guerra Mundial e marcada pela atuação ativa do Estado na garantia de direitos sociais e trabalhistas. Buscava-se, assim, a desarticulação sindical, bem como a desregulamentação das relações de trabalho, tendo como foco a internacionalização da exploração do trabalho e do mercado consumidor.

O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a aderir aos chamados ajustes da política neoliberal. Essa adesão ocorreu como condição imposta pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para a renegociação da dívida externa.

Os programas neoliberais de ajuste econômico foram impostos a países latino-americanos como condição para a renegociação de suas dívidas galopan-



tes. Daí se passou à vigilância e ao efetivo gerenciamento das economias locais pelo Banco Mundial e pelo FMI: 1985, Bolívia; 1988, México, com Salinas de Gortari; 1989, novamente a Argentina, dessa vez com Menen; 1989, Venezuela, com Carlos Andrés Perez; 1990, Fujimori, no Peru. E, desde 1989, o Brasil, de Collor a Cardoso (Moraes, 2001, p. 16-17).

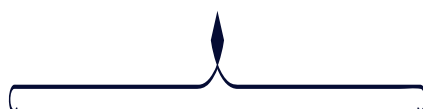
Neste diapasão, percebe-se que o neoliberalismo buscou em outros organismos sua principal porta de entrada, principalmente para os países subdesenvolvidos, e muitas de suas ações passaram a ser realizadas por meio desses, com a intenção de transformar os bens e serviços públicos em mercadorias, como é o caso da educação.

No cenário do neoliberalismo contemporâneo, caracterizado por profundas transformações na vida econômica, política e social, pode se observar que a lógica de mercado é capaz de penetrar nas esferas diversas da vida cotidiana do indivíduo, moldando comportamentos, relações e formas de existir.

[...] a hegemonia das finanças e dos bancos produziram o endividado. O controle das informações e das redes de comunicação criaram o mediatizado. O regime de segurança e o estado generalizado de exceção construíram a figura oprimida pelo medo e sequiosa de proteção: o securitizado. E a corrupção da democracia forjou uma figura estranha, despolitizada: o representado (Hardt; Negri, 2014, p. 21).

Nesta ordem vigente, destaca-se, nos dias de hoje, o indivíduo mediatizado: o sujeito que condiciona a sua existência à presença constante nos diversos meios de comunicação e redes digitais. Nessa nova era o reconhecimento do indivíduo não se dá mais pela ética, pelo engajamento político ou pelo espírito crítico, mas pela visibilidade e performance nas redes. O indivíduo é levado a expor continuamente sua intimidade, suas opiniões e até mesmo suas emoções, não existe diferenciação de vida pública ou privada, tudo é público e transforma-se em mercadoria diante da audiência virtual.

Esse sistema apresenta ao indivíduo o protagonismo e liberdade de expressão, mas na realidade aprofunda processos de alienação e dependência. É uma cultura que fragiliza o processo



de emancipação humana, que traz um fluxo contínuo de dados e superficialidades, sem desafiar a reflexão profunda de coisa alguma.

O papel da escola nesse sistema é o de fabricar esses sujeitos e tantos outros que são convenientes à consolidação dessa lógica, e isso se concretiza pelo *modus operandi* com que a escola organiza seu trabalho. Segundo Silva (2018, p 203): “[...] tais figuras subjetivas, dentre outras possíveis, tendem a ser fabricadas no âmbito escolar através dos modos pelos quais organizamos o trabalho pedagógico, selecionamos os conhecimentos e dispomos da experiência”.

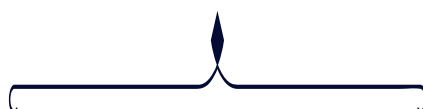
Como podemos observar, a educação, no decorrer da história, muitas vezes foi instrumentalizada para atender a interesses econômicos, políticos e sociais vigentes, estruturada dentro de uma ótica utilitarista, mais voltada para a manutenção e perpetuação da ordem do que para a emancipação dos alunos.

Mas, em meio a todo este cenário de dominação, competição e interesses, a educação ainda assim emerge, na atualidade, como um dos arca-bouços com potencial transformador. Permanece como um dos últimos redutos capazes de se constituir como um espaço coletivo, onde é possível romper paradigmas e formar indivíduos de maneira integral, preparados para atuar de forma consciente na vida em sociedade. Mas, para isso passar de uma aspiração para a realidade é necessário que a educação reveja sua estrutura, suas práticas pedagógicas e seus fundamentos.

INTERDISCIPLINARIDADE: UMA RESPOSTA HUMANIZADORA A ESPECILAIZAÇÃO DO SABER

A interdisciplinaridade surge como resposta à necessidade urgente de romper com os modelos tradicionais de educação marcados pelo utilitarismo, pela especialização excessiva e pela fragmentação do conhecimento.

Na ciência moderna, eleita a condutora da humanidade na transição das trevas para a luz, o conhecimento desenvolveu-se pela especialização e passou



a ser considerado mais rigoroso quanto mais restrito seu objeto de estudo; mais preciso quanto mais impessoal. Eliminando o sujeito de seu discurso, deixou de lado a emoção e o amor, considerados obstáculos à verdade. Especializado, restrito e fragmentado, o conhecimento passou a ser disciplinado e segregador. Estabeleceu e delimitou as fronteiras entre as disciplinas, para depois fiscalizá-las e criar obstáculos aos que as tentassem transpor. [...] Criou um pássaro, deu-lhe asas potentes, mas que só alça vôo no campo restrito da sua especialidade, trancou-o em uma gaiola (FAZENDA, 2008, p. 67).

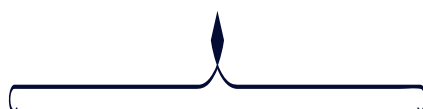
Em um cenário em que a formação humana tem sido reduzida à lógica da produtividade e da adaptação ao mercado, pensar a educação a partir de uma perspectiva interdisciplinar é reconhecer o sujeito em sua complexidade.

“Para observância da interdisciplinaridade é preciso entender que as disciplinas escolares resultam de recortes e seleções arbitrários, historicamente constituídos, expressões de interesses e relações de poder que ressaltam, ocultam ou negam saberes (Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Médio. Brasília: MEC, 2002, pág. 88)”.

É compreender que o aprendizado não se dá em compartimentos estanques, mas na articulação entre saberes, experiências e contextos diversos.

[...] o retalhamento das disciplinas torna impossível apreender “o que é tecido junto”, isto é, o complexo, segundo o sentido original do termo. Portanto, o desafio da globalidade é também um desafio de complexidade. Existe complexidade, de fato, quando os componentes que constituem um todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade (Morin, 2008, p. 14).

Vivemos um tempo em que as disciplinas escolares se organizam de forma conteudista. O currículo, assume muitas vezes, a forma de um repositório de informações especializadas, desconectadas da vida concreta dos estudantes, das suas realidades sociais e das suas experiências emocionais. Ensina-se muito, mas compreende-se pouco. A ênfase recai sobre a transmissão mecânica

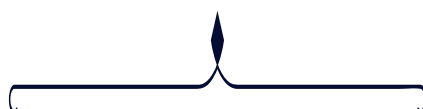


de conteúdos isoladamente, ignorando-se o contexto, os valores, a escuta e o diálogo como elementos essenciais do processo de aprendizagem. O que se propaga, nesse modelo, é um saber desconectado e vazio de significados.

O conteúdo extraído destaca a crise da ciência e da educação modernas, enfatizando como o conhecimento especializado e fragmentado desconecta a humanidade da essência da vida e dos valores. Critica o sistema educacional atual por fomentar a memorização mecânica e a aprendizagem compartimentada, que prejudicam o pensamento crítico e a compreensão holística. Apesar dos avanços científicos, o foco permanece no progresso material, negligenciando o desenvolvimento ético, social e humano, perpetuando assim a exclusão e falhando em promover a verdadeira dignidade humana e o bem-estar social.

A ciência, utopia dos tempos modernos, prometeu bastante. No entanto, em aspectos fundamentais, revela-se decepcionante. Claro que os saberes científicos progrediram muito. Não se trata de contestar sistematicamente a física ou a química. São inegáveis os êxitos das técnicas ou da medicina, todavia os progressos materiais não confirmam de modo decisivo o valor de uma ciência que prometeu tornar a humanidade moralmente melhor; prometeu edificar uma ética e uma política fundadas em princípios científicos; comprometeu-se em revelar ao homem sua verdadeira origem, sua verdadeira natureza e seu verdadeiro destino. Mas não consegue cumprir suas promessas. Tampouco tem condições de resolver objetivamente os grandes enigmas com os quais se defronta a humanidade (Japiassu, 2005, p. 63).

Vivemos um momento de ruptura, um tempo de tomada de consciência de que o modelo até então adotado já não atende às necessidades humanas mais profundas, limitando-se a satisfazer interesses essencialmente econômicos. Abismos são constantemente abertos entre seres da mesma espécie, que parecem viver em uma guerra permanente. Perdeu-se o ideal de lutas coletivas em nome da dignidade e da justiça. Em seu lugar, travam-se guerras motivadas pelo fanatismo religioso, político, pelos interesses das superpotências e pela ignorância daqueles que, sem plena consciência, sem um conhecimento significativo se põe como peças no tabuleiro, peões a serem eliminados no front das batalhas.

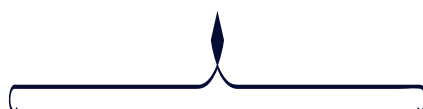


Trata-se de uma crise não apenas estrutural, mas também ética e existencial que nos convida a rever nossas escolhas, repensar nossas concepções de mundo e reavaliar os valores que sustentam nossas práticas. O mundo já não pode ser concebido sob uma lógica homogênea e linear, especialmente diante de sujeitos e culturas tão diversas. A tecnologia, ao mesmo tempo em que aproxima povos e saberes, também evidencia essas diferenças, ampliando a percepção da pluralidade que nos constitui. Diante disso, torna-se urgente a busca por novos caminhos, por uma educação que acolha a diversidade, que valorize o pensamento crítico, a empatia e o diálogo como fundamentos para uma convivência mais justa e plural.

Uma época de crise configura-se como uma época de rupturas e questionamentos. Um tempo no qual somos convidados a pensar em outras possibilidades, rever antigos conceitos e concepções com um olhar que acolha múltiplas perspectivas e rejeite as explicações únicas ou as verdades universais que até agora nortearam nosso entendimento. É fato que a humanidade vive um momento histórico sem precedentes. A tecnologia diminuiu de tal forma as distâncias e o tempo que já não é figura de linguagem dizer que o mundo é uma pequena aldeia. Utilizada e desenvolvida inicialmente para atender a atividade econômica, a tecnologia agora faz-se sentir em todas as atividades humanas. Culturas diferentes passaram a ter um convívio mais próximo, o que evidenciou a interdependência e, por outro lado, aumentou o desejo de competição e dominação. Muito desentendimento surgiu, porque alguns querem que o mundo seja de uma única maneira, da sua maneira (Fazenda, 2008, p.69).

A lógica do conhecimento linear, sustentada por um aprendizado fragmentado, condicionou nossas mentes a pensar de forma simplificada e isolada. No entanto, vivemos hoje uma mudança de perspectiva que busca romper com a lógica reducionista, permitindo uma visão mais ampla, e conectada da realidade, em que o saber ganha sentido não só por meio do conhecimento formal mas também das relações, contextos e vivências que o constituem.

Essa reconexão ou religação deixa de enfatizar apenas as partes e articula-se com o todo, em todas as suas implicações, em toda a sua complexidade e riqueza, já que o todo contém sempre algo mais que a soma das partes (Fa-



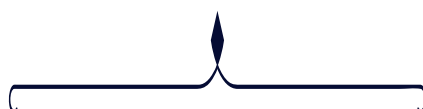
zenda,2008, p.72)

A interdisciplinaridade na educação surge como uma resposta à limitação do saber fragmentado. Mais do que uma simples articulação entre disciplinas, ela propõe uma nova forma de compreender e vivenciar o conhecimento. Trata-se de uma busca que ultrapassa os limites dos conteúdos escolares, do currículo, alcançando também as relações humanas que permeiam o processo ensino aprendizagem. A interdisciplinaridade promove a integração entre os saberes, mas também entre alunos, entre professores, e entre alunos e professores, favorecendo o diálogo, a escuta, a construção coletiva e a valorização da diversidade de experiências. Nesse sentido, ela não se reduz somente a uma técnica pedagógica, mas se configura como uma postura ética e política diante da complexidade do mundo contemporâneo.

A prática interdisciplinar pressupõe uma desconstrução, uma ruptura com o tradicional e com o cotidiano tarefairo escolar. O professor interdisciplinar percorre as regiões fronteiriças flexíveis onde o “eu” convive com o “outro” sem abrir mão de suas características, possibilitando a interdependência, o compartilhamento, o encontro, o diálogo e as transformações. Esse é o movimento da interdisciplinaridade caracterizada por atitudes ante o conhecimento (Fazenda, 2008, p. 82).

Desta forma, a interdisciplinaridade é uma ação concreta, que se manifesta na prática pedagógica por meio do diálogo entre saberes e da superação das barreiras tradicionais entre as disciplinas. Ela não se resume a um conceito teórico, mas se realiza no dia a dia escolar, quando professores e alunos se engajam em uma aprendizagem significativa, voltada para a compreensão da realidade de forma ampla e integrada.

[...] a interdisciplinaridade recupera a unidade na compreensão das “coisas” (fato histórico, texto filosófico, fato educativo, comportamento humano, evento social, fenômeno natural), unidade que foi quebrada durante a pesquisa científica, a qual procede no caminho de uma especialização progressiva. O trabalho interdisciplinar, portanto, não consiste no aprender um pouco

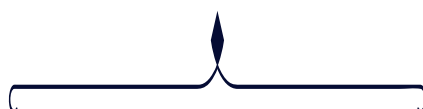


de tudo, mas no enfrentar o problema (explicativo, previsível, interpretativo) com toda a competência do especialista que domina o problema, suas dificuldades, as explicações e previsões dos outros competentes. Além do mais, do ponto de vista psicossocial, a interdisciplinaridade que se realiza através do trabalho de grupo, dos docentes e discentes, poderá ser um dos fatores que contribuem ao desarraigamento de competição na escola, enquanto impulsiona a ver no outro um colaborador e não um rival. A interdisciplinaridade é uma luta contra os efeitos alienantes da divisão do trabalho (Antiseri, 1975, p. 186, 186).

Ao romper com a lógica fragmentada do conhecimento, a interdisciplinaridade busca resgatar, na educação, a formação integral do ser humano, levando em consideração todas as suas dimensões: a emocional, a afetiva, a religiosa, a política, a social e a cultural. Essa perspectiva reconhece que o aluno não é um ser isolado, sem conhecimento algum, restrito ao espaço e ao tempo da sala de aula, mas um sujeito inserido em múltiplos contextos, cujas vivências e experiências contribuem para a sua aprendizagem.

Nesse sentido, a escola passa a ser compreendida como um espaço de trocas, de convivência e de construção coletiva do saber. A interdisciplinaridade permite, assim, uma aprendizagem mais significativa, ao possibilitar que o estudante amplie sua percepção de mundo, enxergando-o não apenas através de suas próprias lentes, mas também por meio das lentes de outros sujeitos. Trata-se de promover a integração do conhecimento, também por meio da empatia e da valorização da diversidade como elementos importantes da prática pedagógica.

[...] a reforma necessária do pensamento é aquela que gera um pensamento do contexto e do complexo. O pensamento contextual busca sempre a relação de inseparabilidade e as inter-retroações entre qualquer fenômeno e seu contexto, e deste com o contexto planetário. O complexo requer um pensamento que capte relações, inter-relações, implicações mútuas, fenômenos multidimensionais, realidades que são simultaneamente solidárias e conflitivas (como a própria democracia, que é o sistema que se nutre de antagonismos e que, simultaneamente, os regula), que respeite a diversidade, ao mesmo tempo que a unidade, um pensamento organizador que conceba a relação recíproca entre todas as partes (Morin, 2005, p. 23).



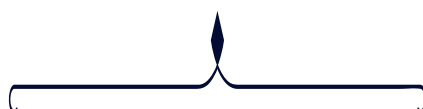
Neste processo o aluno então deixa de ocupar uma posição passiva, sendo um mero receptor e repetidor de conteúdos, para assumir o papel de sujeito de sua história. Tendo a capacidade de refletir e posicionar-se criticamente. A interdisciplinaridade, não visa eliminar as disciplinas nas escolas, mas propõe uma articulação entre elas, favorecendo a construção de um ensino e de uma aprendizagem mais humanizada.

A página web enfatiza que os seres humanos, como agentes inseridos em um mundo complexo e diverso, devem compreender a si mesmos em sua natureza multifacetada para compreender e transformar efetivamente seu ambiente. Limitar o conhecimento a uma única perspectiva distorce a realidade, enquanto a adoção da interdisciplinaridade promove uma compreensão holística dos seres humanos e de seu papel na sociedade. Essa abordagem visa resgatar a unidade humana, promover a formação de indivíduos completos e reconhecer os seres humanos como agentes ativos capazes de mudança, em vez de meras entidades programáveis que atendem a interesses específicos.

O modelo de educação tradicional, embora tenha atendido às exigências do mercado e das classes dominantes, formou sujeitos individualistas, egoístas, insensíveis, com conhecimentos rasos e vazios. As consequências desse modelo são uma realidade marcada pela concentração de riquezas, injustiças, guerras, fome e violência.

A interdisciplinaridade surge como uma resposta necessária à mudança na formação desse indivíduo. Essa mudança passa por um conhecimento contextualizado, pela formação de sujeitos ativos, que dialoguem com a diversidade, não sob a lógica da aceitabilidade caridosa, mas do respeito e da aprendizagem a partir de outros entendimentos e realidades.

Somente com essa mudança poderemos vislumbrar, ainda que apenas uma sombra, um futuro de existência pacífica, digna e feliz, permeada pela justiça e equidade social. A interdisciplinaridade convida educadores e educandos a construir juntos um novo modo de ensinar e aprender, superando práticas utilitaristas e mercadológicas, e que, mesmo diante de um liame de interesses que não desaparecerão de sua órbita, não se acovardem e primem por promover o desenvolvimento pleno



do ser humano.

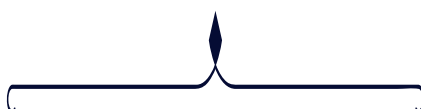
CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação, ao longo da história, sofreu múltiplas influências das sociedades em constante transformação. Por muitas vezes foi utilizada como instrumento de perpetuação e validação de interesses de classes. A formação do ser humano enquanto cidadão pleno ficou relegada a segundo plano, manifestando-se apenas em momentos de crise existencial da humanidade, quando então, se fazia necessário repensar os valores disseminados e supervalorizados nos indivíduos.

O modelo tradicional de educação vivenciado na atualidade reflete mais uma vez o interesse na modulação do ser humano de acordo com o interesse de uma classe dominante, que se alimenta de um capitalismo desenfreado dentro de um sistema neoliberal. A formação dos alunos em massa tem uma utilidade voltada à lógica mercadológica, por meio de uma educação fragmentada, especializada, repetidora e não produtora de conhecimento. Na atualidade, diante de tantas ferramentas que distribuem conhecimento, este se torna quantitativo e não qualitativo, vazio. Estamos formando seres que têm dificuldade de acessarem a sua humanidade, diante da mecanicidade impregnada no ensino-aprendizagem.

Isso nos levou, e ainda está nos levando, a desigualdades e guerras sem precedentes, sem uma consciência coletiva desse fato. O indivíduo, como peça na engrenagem econômica atual, não age como agente transformador, crítico, ativo. Chegamos na atualidade a um limite de atrocidades, resultado das ações do próprio homem, que permeiam várias esferas da vida em sociedade, trazendo consigo um vazio existencial, uma crise, uma necessidade de repensar nosso existir.

A interdisciplinaridade surge na educação como uma brisa, mas que precisa se tornar um vendaval para romper com a lógica fragmentadora e especialista da educação, promovendo a integração dos saberes, das inter-relações pessoais, da interação e da inclusão da diversidade no contexto escolar. Assim, poderemos produzir um conhecimento significativo e assumir um compromisso permanente



com a humanização do ensino, tendo em vista a importância dessa formação integral dos alunos. Tal formação é essencial para promover mudanças concretas nas atitudes humanas, tendo como base o ideal de uma vida digna para todos.

REFERÊNCIAS

ANTISERI, Dario. Breve nota epistemológica sull'interdisciplinarità: orientamenti pedagogia 141. Brescia: Editora La Scuola, 1975.

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil. São Paulo: Moderna, 2006.

BORTOLINI, Rosane Wandscheer. A paideia grega: aproximações teóricas sobre o ideal de formação do homem grego. *Filos. e Educ.*, Campinas, SP, v.10, n.1, p.21-36, jan./abr. 2018.

BOULOS Junior, A. História Geral: Antiga e Medieval. São Paulo: FTD, 1997

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

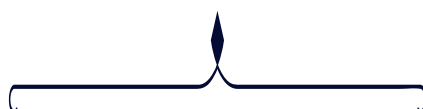
CAMBI, F. História da pedagogia. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.

CAMPOS, Flávio de. História: das cavernas ao terceiro milênio. São Paulo: Scipione, 1991.

COMÊNIO, João Amós. Didáctica Magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [s.d.]

DARDOT Pierre; LAVAL, Cristian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DURKHEIM, É. A educação moral. Petrópolis: Vozes, 2008.



FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). O que é interdisciplinaridade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FAZENDA, Ivani. Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: efetividade ou ideologia. São PAULO: Edições Loyola, 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GHIRALDELLI JR., Paulo. História da Educação Brasileira. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Declaração: isto não é um manifesto. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

HOBSBAWM, Eric. Ecos da Marselhesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX — 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

IBGE. Sinopse do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:

JAEGER, Werner Wilhelm. Paidéia: a formação do homem grego. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

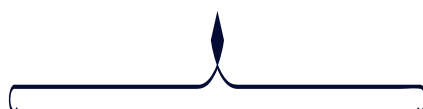
JAPIASSU, Hilton. Ciência e destino humano. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

JARES, X. R. Educar para a paz em tempos difíceis. São Paulo: Palas Athena, 2007.

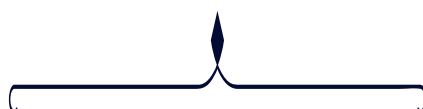
LESSA, Sérgio. Para compreender a Ontologia de Lukács. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LUCKESI, C. C. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1994.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e Educação. In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). Infância, Educação e Neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56.



- MORAES, R.C. Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai? São Paulo: SENAC, 2001.
- MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, repensar o pensamento. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MORIN, Edgar. A Escola mata a curiosidade. [dez., 2003]. Entrevistadora: P. Gentili. Nova Escola, São Paulo, edição 168, dez. 2003.
- MORIN, Edgar. Educação e complexidade, os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2005.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris: ONU, 1948. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2025.
- PETITAT, André. Produção da escola/produção da sociedade: análise sócio histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- RICCI, Rudá. Vinte anos de reformas educacionais. In: Revista Ibero americana, n.31, abr. 2003, p.91-120.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. 20.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- SALGADO, J.C.. O espírito do Ocidente ou a razão como medida: Protágoras de Abdera, a educação, o Estado e a justiça. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 2014.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.
- SILVA, Roberto Rafael Dias da. A crise como operador estratégico e a emergência de novas figuras subjetivas: escolarização juvenil e a arte de governar neoliberal. In: RESENDE, Haroldo de (org.). Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação. São Paulo: Intermeios, 2018. p. 195-210.



VIEIRA, Paulo Eduardo. A gênese da educação grega: da areté homérica à Paideia clássica. In: *Filos. e Educ.*, Campinas, SP, v.10, n.1, p.166-183, jan./abr. 2018.

